

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

PROFESSORES(AS), DIGAM NÃO À BNCC!

REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95!
REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO JÁ!
REJEITAR A BNCC DO GOVERNO GOLPISTA!

Conforme já divulgado em nosso Boletim Informa Urgente 37, o governo golpista de Michel Temer instituiu a data de 02 de agosto como o dia de debates da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todas as unidades escolares do país. Apenas um dia para debater uma proposta com mais de 500 páginas: um absurdo que não podemos aceitar!

A BNCC, conforme encaminhada pelo MEC do governo ilegítimo e golpista, é uma proposta elaborada a partir das ideias de empresários e banqueiros com interesses na privatização do ensino público. Foi encaminhada sem qualquer debate com a sociedade e entidades representativas dos profissionais da Educação com objetivo de consolidar a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017).

Revogação da reforma do ensino médio

Lembramos que, inicialmente, a reforma do ensino médio, encaminhada via medida provisória, pretendia acabar com as disciplinas de Filosofia, Artes, Educação Física e Sociologia, além de não

fixar os conteúdos obrigatórios mínimos que devem ser oferecidos como dever do Estado, transferindo para as redes a oferta dos itinerários formativos.

A mobilização dos professores e estudantes conseguiu alterar o projeto, porém alguns sérios problemas permaneceram na Lei como a possibilidade de 40% da grade curricular ser ministrado por EAD, a possibilidade que os recursos públicos da escola passem a ser compartilhados com empresas privadas, a admissão de profissionais com notório saber e não licenciados para ministrarem aulas, entre outros ataques.

A imposição da BNCC neste momento tenta consolidar aquela reforma do ensino médio. É uma proposta que separa a BNCC da educação infantil e ensino fundamental e a BNCC do ensino médio, totalmente em desacordo com a concepção de educação básica como processo contínuo e articulado como determina a Lei de Diretrizes e Bases, uma Carta elaborada na década de 80 com participação de todos os envolvidos.

BNCC não contempla acúmulo de debates

Desde o ano passado, este governo, que destruiu o caráter representativo do Conselho Nacional de Educação, impondo os seus membros, oriundos do setor privado, tenta impor esta aberração. No final do ano, a mobilização dos professores organizados pela APEOESP em Brasília, conseguiu que conselheiras pedissem vistas na tentativa de abrir debates, mas o Cobselho ignorou-as e aprovou o texto.

Em todas as audiências realizadas, onde as entidades representativas só tiveram três minutos para falar sobre um assunto tão importante, o movimento dos professores, estudantes e pais recusou a proposta do governo golpista.

Em 08 de junho deste ano, este mesmo movimento, mais uma vez liderado pela APEOESP, barrou a realização da audiência pública por entender que seria uma farsa para legitimar a BNCC de Temer, um ataque à construção de um sistema único de ensino.

Diga não à BNCC!

Esta também é a tentativa do governo neste 02 de agosto: mascarar a imposição de um retrocesso com a ideia de debate em todo o país. Vivemos um momento pré-eleitoral e esta ação não passa de uma tentativa de aproveitar-se para anunciar uma falsa legitimidade popular. Como um governo que encaminha uma Emenda Constitucional (95), que congela investimentos em Educação por 20 anos, pode estar preocupado com a qualidade do ensino? Um governo que não permite a participação de representação de entidade dos profissionais de Educação no Conselho que discute a legislação no setor pode estar preocupado com debates para melhorar a educação pública? Este dia 02 é mais uma fraude deste governo. Trabalhadores da Educação não vão legitimar este ataque ao ensino público de qualidade.

A APEOESP, no entanto, não se furtará deste debate. É o momento de reforçarmos os graves problemas desta proposta para que todos juntos a rejeitem. Encaminhamos abaixo um quadro que aponta os principais prejuízos.

Também podemos, neste dia 2, apresentar a webconferência (<http://www.apeoesp.org.br/videos/tv-apeoesp/webconferencia-base-nacional-comum-curricular/>) sobre o assunto que realizamos em 08 de junho na Sede da APEOESP com a brilhante explanação da professora Maria Izabel A. Noronha (presidenta afastada pela legislação eleitoral), do professor João Palma, ex-coordenador do Fórum Estadual de Educação e também por César Calegari, ex-presidente da comissão que tratava do BNCC, auto-demitido por discordar dos encaminhamentos deste governo.

Reforçamos, a BNCC é a concretização da antirreforma do ensino médio, consolidando um

modelo de "apartheid educacional" no Brasil, instituindo uma escola boa para ricos e uma escola pobre para os filhos e filhas da classe trabalhadora. A proposta de ensino profissionalizante que nela está prevista praticamente estabelece esta etapa como fase final de estudos para os os estudantes, não os preparando adequadamente para a continuidade de sua formação em nível superior e, pelos cursos que se pretende oferecer, predestina-os a determinadas profissões, como eletricitas, esteticistas, secretários(as) e outras. O ensino profissional que almejamos para nossos jovens deve conjugar ensino, ciência, tecnologia, cultura, enfim, propiciar-lhes uma formação integral e integrada, como profissionais, cidadãos e cidadãs plenos de direitos.

Em anexo encaminhamos modelo de ata da discussão nas escolas sobre BNCC a ser enviada ao Ministério da Educação (MEC).

BNCC: a privatização do ensino

O que é a BNCC?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento oficial que define os conteúdos das disciplinas que os estudantes têm o direito de aprender durante sua vida escolar.

Governo golpista adotou na BNCC apresentada uma estrutura sugerida por grupos empresariais e bancos.

BNCC é privatizante

Permite que grupos privados assumam até 40% do ensino médio regular e até 100% da Educação de Jovens e Adultos por meio do ensino a distância.

BNCC provoca desemprego

Caso a proposta seja aprovada, as escolas terão reduzidos seus quadros de educadores/as, já que precisarão basicamente de

professores/as das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

BNCC propõe exclusão

Reforma do ensino médio rebaixa a qualidade do ensino, retira disciplinas do currículo, mantendo como obrigatórias somente Língua Portuguesa e Matemática e cria grandes diferenças entre o ensino de uma escola e outra, pois os estudantes poderão "escolher" apenas as disciplinas que cada escola oferecer. História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Física, Química e Biologia não serão mais obrigatórias.

BNCC fragmenta ensino

Proposta apresenta separação entre BNCC da educação infantil e ensino fundamental e a BNCC do ensino médio, o que é absurdo, pois a educação básica, de acordo

com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é um processo contínuo e articulado, desde a educação infantil até o ensino médio.

BNCC empobrecerá ensino

A proposta está em sintonia com a Emenda Constitucional 95 que congela investimentos na Educação por 20 anos, o que "empobrecerá" ainda mais o ensino público, prejudicando ainda mais o processo de ensino-aprendizagem dos filhos da classe trabalhadora. Qualquer discussão sobre Educação sem revogação da EC 95 é uma enganação.

BNCC apresentada desconsidera debates que foram realizados desde 2015

Elaboração da BNCC excluiu debates e diálogos com entidades representativas, educadores e demais atores diretamente envolvidos com a escola pública.

ANEXO:

Nós, professores e professoras da UE _____

- ❗ Considerando o caráter antidemocrático da forma como se está conduzindo a discussão sobre o BNCC;
- ❗ Considerando o caráter privatizante da proposta ao reservar parte ou totalidade de EAD;
- ❗ Considerando que tal proposta não pode estar desvinculada da revogação da Emenda Constitucional 95;
- ❗ Considerando que tal proposta está desarticulada com o restante da Base Curricular para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental;
- ❗ Considerando o caráter excludente, pois retira disciplinas do currículo e cria grandes diferenças entre o ensino de uma escola e outra, na medida que os estudantes poderão “escolher” apenas as disciplinas que cada escola oferecer;
- ❗ Considerando o desemprego que a proposta, se implantada, irá provocar, pois as escolas terão reduzido seus quadros de educadores/as,

Decidimos rejeitar a proposta ora apresentada.

Ministério de Estado da Educação

Esplanada dos Ministérios, Bl. L - 8º Andar - Gabinete
70047-900 - Brasília - DF

E-mail: gabinetedoministro@mec.gov.br